Os protestos dos protestantes

Produção de legitimidade e performances da ONG Rio de Paz

Clayton Guerreiro

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3010>

DOI: 10.4000/pontourbe.3010

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Clayton Guerreiro, « Os protestos dos protestantes », *Ponto Urbe* [Online], 18 | 2016, posto online no dia 31 julho 2016, consultado o 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/3010> ; DOI : 10.4000/pontourbe.3010

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© NAU

Os protestos dos protestantes

Produção de legitimidade e performances da ONG Rio de Paz

Clayton Guerreiro

AUTHOR'S NOTE

Este trabalho teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo nº 2013/23216-9.

Introdução

Neste final de semana, surgiu uma polêmica em torno das passeatas da Zonal Sul do Rio. Alguém disse que há hipocrisia nestas manifestações, devido ao fato de muitos destes manifestantes serem usuários de drogas. Não sei com que base uma afirmação como esta foi feita. Qual a prova? Caso haja este tipo de coisa, certamente estamos diante de uma grande incoerência. Não se pode combater o mal sendo ao mesmo tempo um dos seus fomentadores. Quem compra droga colabora com toda essa desgraça da violência.

Confesso que não me senti atingido pelo comentário feito. Os protestos do Rio de Paz não ocorrem dentro do formato de uma passeata. Eles são estáticos. Trabalhamos com coisas, mais do que com gente. É mais fácil fincar cruzeiros e plantar rosas em Copacabana em favor da paz e da justiça do que tirar os cariocas de casa para clamar contra a violência. Em geral, só nos envolvemos no Rio de Janeiro na luta contra a barbárie quando a tragédia atinge nossa família. [...] No meu caso, o que tenho a dizer, é que estou pagando um preço pessoal alto pelo meu envolvimento com tudo isto. Estava para sair do Brasil para dar sequência a redação da minha tese de doutorado, com tudo pago, tenho dupla cidadania, por ser cidadão europeu posso morar em qualquer nação da Comunidade Europeia, minha família nunca foi atingida pela tragédia, não faço o que faço movido pela dor da perda de um parente que teve a vida interrompida pelo crime, não sou profissional de ONG e nada me obrigava a sair de casa para protestar e expressar solidariedade por parentes de vítimas que até então não conhecia, e hoje amo. O que me obrigava era um sentimento de vergonha por conviver com tudo isto sem protestar, associado a

um amor, que gostaria que fosse maior, por aqueles que viveram a experiência de enterrar parentes que tiveram a vida ceifada pelo crime.

Tenho virado madrugadas inteiras trabalhando, pois é neste período do dia que montamos nosso protesto. Em Recife, na Praia da Boa Viagem, quando ficamos mil cruzeiros na areia, a chuva forte e o vento vinham rasgando da direção do mar. Em Brasília, na ocasião em que estendemos seis quilômetros de varal, com quinze mil lenços, lembrando a morte do mesmo número de brasileiros só neste ano, o frio da noite e o sol escaldante do dia, racharam nossos lábios e queimaram nossa pele. Em São Paulo, em cima do viaduto do Minhocão, espalhamos na madrugada, sob um frio intenso, duas mil e quinhentas mudas de plantas da Mata Atlântica, lembrando os paulistas assassinados em 2007. Em Belo Horizonte, *idem*. Vai passar uma noite de inverno na Praça do Papa, lá no alto da Avenida Afonso Pena, fincando no gramado mil e novecentas cruzeiros. O dia amanhece, e com ele um batalhão de fotógrafos, cinegrafistas e jornalistas fazendo perguntas para um homem exausto e que é forçado a falar sobre aquilo que jamais estudou. Alguém disse que minha fala tem sido tensa. Que eu deveria falar com mais calma. Mas como não ficar tenso quando somos forçados a falar sobre aquilo que mal entendemos, apenas percebemos como imoral e inaceitável? Como não passar tensão na fala quando somos sabedores que temos que tomar cuidado com o que vamos falar, pois sabemos que estamos tocando no interesse dos muitos que lucram com o crime? Como não nos indignarmos e expressarmos isto no tom de voz quando vemos o espetáculo sangrento de milhares de seres humanos abatidos como animais, famílias inteiras destroçadas pela dor da saudade e uma sociedade que se reúne para sambar e cantar, mas que é incapaz de se organizar para dar um fim a esta doença social crônica?

Dizem que meus telefones estão grampeados, que a P2 (policiais que agem à paisana) tem estado nos nossos protestos (até pouco tempo atrás não sabia o que era isto. Para ser franco, acho que eles estão certos, pois poderíamos estar sendo movidos por motivos nada humanitários e democráticos), que a Polícia Federal tentou nos intimidar ao botar policiais armados, com duas viaturas, a nos fotografar no nosso último protesto em Copacabana. Meus filhos, minha esposa e eu não andamos com segurança. Temos que cruzar regularmente as vias mais violentas e menos patrulhadas da nossa cidade. Isto é vida? Não sou candidato a nada. Política para mim é administrar um hospício. Necessária, porém longe de oferecer solução plena para os problemas do homem. Depois de termos resolvido todos os nossos males sociais, continuaremos morrendo, não por bala perdida, mas pela presença do vírus da morte que está inoculado em todos os de nossa raça. Por isto sou pregador do evangelho de Cristo, sem o qual, "o homem é uma piada trágica num contexto de total absurdo cósmico". O que me move é o sonho de não tornarmos no Rio de Janeiro a vida mais difícil do que já é. Não é fácil administrar os problemas comuns da vida. Adoecemos, envelhecemos e morremos. Lidar com tudo isto sob a mira de homens armados com armas de guerra, capazes de fazer com que um tiro perfaça uma trajetória de dois quilômetros, com um índice de letalidade de mais de 90%, potentes o suficiente para furar parede de alvenaria, é o fim, é o *nonsense* total. O que quero tão somente enfatizar é que tem gente indo para as ruas porque ama. Este exemplo precisa ser seguido por mais cidadãos desta cidade. Dizem que somos ingênuos. Não me canso de repetir: um milhão de ingênuos sistematicamente nas ruas do Rio de Janeiro dariam um fim a morte de tantos seres humanos. Chegou a hora da nossa sociedade emprestar força ao poder público a fim de que este faça o que precisa ser feito e que muitas vezes não consegue realizar por força da falência das nossas instituições.

O que é hipocrisia é ficarmos em casa filosofando sobre a tragédia, assistindo o faroeste pela televisão, culpando o poder público, enquanto permanecemos inertes, nos comportando como uma sociedade de desalmados, e agindo como nossos vizinhos na Venezuela, Chile e Argentina não agem mais. Esta gente, tal como

franceses, americanos, ingleses, entre outros, aprendeu antes de nós que conquistas sociais são também obtidas nas ruas.

Que saíamos do entorpecimento desta droga chamada egoísmo e façamos algo para que vidas sejam preservadas.¹

- 1 O texto acima foi publicado em setembro de 2007 e é de autoria de Antônio Carlos Costa, fundador e presidente da Organização Não Governamental (ONG) Rio de Paz e pastor da Igreja Presbiteriana da Barra da Tijuca (RJ).
- 2 Conheci Antônio² em meados dos anos 2000. Na época, eu era um estudante de Teologia e participava ativamente de atividades em igrejas evangélicas. Por meio de um amigo, passei a participar de conferências promovidas pelo pastor presbiteriano em sua igreja na Barra da Tijuca e em algumas igrejas de Niterói (RJ). Naquele momento, o discurso do pastor era eminentemente teológico e ele começou a gestar a ideia de fundar uma associação que reunisse os protestantes brasileiros. Desta forma, foi fundada a Aliança Protestante Nacional (APN). Contudo, a nova organização parece não ter dado muitos resultados. Com a criação do movimento Rio de Paz, o projeto da APN parece ter ficado em segundo plano. Em conversa com outro pastor protestante, outrora parceiro do pastor presbiteriano em suas palestras e conferências, ele demonstrou certa insatisfação com o abandono da ideia inicial da APN e com a maior dedicação do pregador presbiteriano ao movimento que ele estava iniciando.
- 3 Os anos se passaram e, por escolha pessoal, deixei meus compromissos com a igreja da qual eu era membro. Também parei de estudar e lecionar Teologia. Minhas idas à igreja se tornaram cada vez menos frequentes. Depois disso, eu busquei me dedicar cada vez mais aos estudos de História e Antropologia.
- 4 Na época de Teologia, como professor e estudante, minha maior preocupação era estudar doutrinas, embora eu fosse atraído pela observação das práticas religiosas. Na medida em que entrei em contato com alguns supostos metodológicos da Antropologia, direcionei meus interesses ao repertório prático-discursivo de atores religiosos. Nesse caso, o contato com a religião continuou a existir, mas minha forma de olhar passou (e continua a passar) por transformações que, com efeito, relacionam-se aos meus interesses sobre o objeto do qual estou tratando neste artigo.
- 5 Passei a seguir Antônio Carlos nas redes sociais e a perceber o destaque do pastor na esfera pública, acompanhando as matérias sobre a ONG na mídia. Com o desafio de escrever um texto, resolvi tomar as ações do Rio de Paz como objeto de pesquisa. Na primeira versão do texto, meu referencial teórico era outro. Entretanto, fiz algumas releituras e o texto foi modificado substancialmente, dando origem ao presente artigo.
- 6 Para produzir o artigo, fiz contato com Antônio por meio das redes sociais, relatando meu interesse em entrevistá-lo, o que acabou não ocorrendo. Recorri, então, aos dados disponíveis na internet, através de reportagens em sites, pregações, entrevistas e textos escritos pelo pastor, como o que transcrevi acima. Aqui, cabe lembrar que Boltanski e Thévenot elaboraram boa parte de seu arcabouço teórico, utilizando dados de três tipos. Primeiro, os dados recolhidos no trabalho de campo. Depois, várias obras clássicas de Filosofia política. Finalmente, eles se debruçaram sobre diversos textos - manuais contemporâneos acerca do comportamento adequado nas empresas - que também serviriam para analisar os argumentos utilizados pelos atores para a produção de críticas e justificações (Boltanski e Thévenot, 1999).
- 7 Retomando a análise do texto escrito pelo presidente da ONG, lembro que ele se refere a uma polêmica acerca de passeatas e manifestações na Zona Sul da cidade do Rio Janeiro³

e, de certa forma, remete a uma disputa pela legitimidade das ações de protestos ocorridos naquele espaço da cidade. Embora Antônio afirme que as críticas não atingiram diretamente o Rio de Paz⁴, o principal interlocutor desta ONG resolveu se expressar publicamente, com o intuito de demonstrar a legitimidade da organização e justificar suas ações no espaço público. Considerando esses dados, o presente artigo possui o objetivo de analisar as ações de protesto promovidas por esses atores, atentando, sobretudo, ao processo de produção de legitimidade da ONG Rio de Paz.

- 8 Para operacionalizar esta pesquisa, me basearei, mormente, nas proposições de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991). Os pesquisadores ligados ao *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM), fundado por Luc Boltanski, Michael Pollak e Laurent Thévenot, têm realizado importantes pesquisas concernentes às formas de “protesto”, de “denúncia” e de “justificação”, que ocorrem em diferentes setores das sociedades contemporâneas, nas quais se fazem generalizações em um universo crítico (Duarte, 1996: 163). Segundo Luiz Fernando Duarte, as análises feitas pelos propositores da “sociologia da crítica” se distanciam do que é realizado por parte da sociologia europeia e, ao mesmo tempo, coadunam-se com o tipo de antropologia social que se desenvolve no Brasil. Ao dizer isso, Duarte se refere ao “pressuposto de equivalência e continuidade simbólica entre dados etnográficos e históricos, por um lado, e entre fontes eruditas e comuns, de outro”. Outrossim, o autor ressalta “a disposição de privilégio ao discurso do informante (sua oportunidade, seu ritmo, sua lógica próprias) que ecoa, até certo ponto, os ditames do ‘seguir os atores’ e ‘levá-los a sério’” (Duarte, 1996: 163, 164).
- 9 Conforme este modelo interpretativo, quando as pessoas fazem coisas juntas, pode ocorrer de discordarem entre si, ao considerarem uma determinada situação como injusta, que caracteriza o que Boltanski e Thévenot chamam de *momento crítico*. Além disso, os autores consideram que um *momento crítico* inclui um *movimento reflexivo interior* e uma *performance no mundo exterior*, quando a crítica é externada (Boltanski e Thévenot, 1999).
- 10 Luiz Augusto Campos (2009), em sua leitura de Boltanski, chama este segundo movimento de *performance crítica*. Diante da crítica, outros atores são chamados a justificarem suas ações, decorrendo-se, portanto, uma disputa discursiva, enquanto os que denunciam requisitam uma justificação, mas, ao mesmo tempo, precisam justificar a operação crítica realizada.
- 11 De acordo com esta proposta teórica, existiria uma *gramática* específica em cada *citê*⁵ ou *mundo comum*, pertinente aos momentos em que ocorrem denúncias, disputas, críticas, desacordos e justificações. Além disso, algumas das proposições de Boltanski e Thévenot, ao tratarem de críticas e denúncias de injustiça (Boltanski, 1984, 1990a, 1990b; Boltanski e Thévenot, 1991 e 1999; Thévenot, 2006), fornecem um referencial teórico importante para a análise do papel das instituições de ajuda humanitária (Boltanski, 1993). Desta forma, trata-se de um aporte teórico que nos ajudará a entender diversas situações de disputas na vida social.
- 12 Partindo do problema da produção de legitimidade das ações dos atores e da necessidade de eles justificarem suas operações críticas quando são requisitados, pretendo analisar as denúncias de injustiça e demandas públicas por justiça, de modo bastante próximo à proposta de análise de Boltanski e Thévenot. Assim, tomarei como suposto que os atores da ONG Rio de Paz buscam produzir legitimidade para suas ações, ao colocarem em movimento um processo de generalização, ou de *des-singularização*, termo cunhado por

Boltanski (1984). Com isto, quero apontar que eles buscam manter o requisito de legitimidade de suas ações de duas maneiras.

- 13 De uma forma, ao utilizarem símbolos e imagens de sofrimento em conformidade com um *compromisso com a ação* em favor daqueles que estão sofrendo, isto é, quando tentam demonstrar uma postura que se mostre interessada exclusivamente no “outro” e enfatizam que não estão conseguindo nenhum ganho pessoal com isso. Ao que me parece, isto está explícito no texto que destaquei acima, na medida em que o presidente da ONG afirma que não passou por nenhum episódio de sofrimento e destaca os prejuízos pessoais que teria, ao fundar e trabalhar no Rio de Paz. De acordo com Boltanski (1993), a denúncia pode sofrer alguma resistência, em relação à sua autenticidade, caso o denunciante não experimente a mesma situação do “infeliz”. Neste caso, ele pode ser acusado de estar buscando estima social. Caso isto ocorra, seu compromisso pode ser considerado “falso”. Entretanto, Antônio alega justamente o contrário, tentando demonstrar que ele não teria outras motivações senão agir em favor da coletividade. Ele faz isso, ao afirmar que sua atuação, aparentemente, lhe traria apenas perdas. Para isso, ele cita o adiamento de seu curso de doutorado no exterior, as madrugadas que ele passou trabalhando em condições desfavoráveis, a tensão que envolve seu trabalho, a tentativa de intimidação por parte de policiais nos protestos da ONG e os riscos à segurança de sua família. Por fim, ele enfatiza que não teria nenhum interesse em se candidatar a cargos políticos e se considera motivado a agir pelo “sonho” de que a vida no Rio de Janeiro não se torne “mais difícil do que já é”.
- 14 Outrossim, os integrantes da ONG estariam demonstrando a capacidade de manter este processo de generalização em movimento, quando buscam sustentar as críticas e denúncias, independentemente da situação ou das características de seus interlocutores, por meio de referências a princípios de *bem comum*, os quais transcenderiam os supostos limites da atuação dos religiosos fora dos espaços em que geralmente atuam. Desta maneira, o Rio de Paz busca realizar uma “pressão política” utilizando-se de uma *gramática* pertinente aos diversos espaços pelos quais transitam seu líder e os demais voluntários. Cabe lembrar que, de acordo com Boltanski e Thévenot (1991), *gramática* indica um conjunto de regras ou restrições que as pessoas que integram uma mesma situação, inscrita no tempo e no espaço, devem seguir. Nestas situações, as pessoas coordenam suas ações, ajustando-as a certo contexto, mesmo que esta adequação ocorra de maneira crítica, prevendo-se, entretanto, uma compatibilização da *gramática* adequada a um *princípio superior comum*, do qual todos os participantes da situação compartilham.

Performance crítica e compromisso com a ação

- 15 A ONG Rio de Paz foi fundada em janeiro de 2007. No que tange ao contexto de fundação desta organização, Antônio afirmou o seguinte:

Eu falei: vou pra rua, vou protestar! Inicialmente me passou pela cabeça a ideia de deitar na Rio Branco, pegar um caminhão, encher de pneu, descarregar na Rio Branco na altura da Cinelândia, meter fogo em tudo. Mas aí eu pensei: sou cristão, isso não glorifica a Deus e seria muito mais bonito se conseguisse vencer essa batalha criando uma cultura de paz, usando as armas da razão, da inteligência, da própria democracia, da criatividade.

Até então eu era um pastor evangélico típico. Preparava sermão e ia para o púlpito. E do púlpito voltava para o gabinete pastoral e para minha casa, mas havia um background, o conceito bíblico de justiça social e as coisas que eu lia. E em 2006, no

final do ano, o narcotráfico meteu o terror no Rio de Janeiro, na região metropolitana, matou dezenove pessoas, dezoito foram queimadas vivas e eu falei: vou pra rua! E me ocorreu de trabalhar com imagens, de criar profecias dramatizadas. Imagens fortes, sabe? Nascidas, assim, da arte. Da tentativa de usar a arte como expressão de indignação.⁶

- 16 Na esteira do que foi proposto por Boltanski e Thévenot, estou considerando que o episódio narrado pelo presidente do Rio de Paz pode ser considerado como um *momento crítico*, por se tratar de um instante em que uma pessoa se dá conta de que algo está errado nas relações sociais e passar a realizar uma *denúncia pública* sobre algum tipo de injustiça. Segundo Boltanski e Thévenot, o “dar-se conta de algo” possui dois significados. Como já afirmei, em um primeiro instante, ocorre um *movimento reflexivo interior*, no qual o ator em questão toma distância do presente e retorna ao passado, de modo que construa uma narrativa que faça sentido. Posteriormente, quando esta pessoa se dá conta que a situação vivenciada se torna insuportável, passa a demonstrar seu descontentamento em relação a outros, com os quais está realizado algo em conjunto. Este segundo momento é entendido por eles como uma *performance no mundo exterior*.
- 17 Quando o presidente da ONG Rio de Paz afirma que cogitou a ideia de realizar uma ação de protesto mais radical, mas posteriormente entendeu que isto não seria adequado, devido aos seus princípios religiosos, ele estaria se dando conta de que algo estava errado, ao refletir sobre os acontecimentos na cidade do Rio de Janeiro. Depois, tal reflexão iria resultar em uma *performance no mundo exterior*. Deste modo, antes da *performance crítica*, houve uma reflexão importante, pois, a partir dela, o pastor resolveu considerar qual seria a forma adequada de apresentar sua *denúncia pública*.
- 18 Os símbolos surgem, então, como alternativas ao que poderia ser considerado como atitudes violentas. Para o fundador da organização, as manifestações do Rio de Paz são racionais, inteligentes, democráticas e criativas e se mostrariam mais efetivas do que aquelas nas quais os confrontos com o poder instituído, por meio de *denúncias públicas*, descambariam para a violência.
- 19 Logo em sua primeira *performance crítica*, no início de 2007, Antônio e os voluntários do Rio de Paz “estrearam”⁷ inovando. Ao invés de passeatas e caminhadas, formas de manifestação que se tornaram comuns no Rio de Janeiro a partir da onda de violência que a cidade passou a sofrer, principalmente a partir da década de 1980, os integrantes da ONG foram de madrugada a Copacabana e enterraram centenas de cruzeiros nas areias da praia, no local próximo ao Hotel Copacabana Palace, com o objetivo de lembrar as mortes que haviam ocorrido no Rio de Janeiro naquele período.
- 20 Antes de prosseguir, lembro que o tema da violência na “cidade maravilhosa” e a atuação de “movimentos cívico-religiosos no Rio de Janeiro” também foram tratados por Márcia Pereira Leite (2009), dentre outros autores. Segundo esta autora, no início da década de 1990, diante do problema da violência e da constatação de que a situação havia chegado a um ponto insustentável, tendo as chacinas da Candelária e de Vigário Geral como motivações imediatas, surgiu a campanha Viva Rio. Naquele momento, acreditava-se que o enfrentamento do problema da violência deveria ser feito por vários atores da sociedade civil, incluindo “lideranças políticas e religiosas, cidadãos, movimentos sociais, ONGs e empresas” (Leite, 2009: 208). Leite, baseada em Luiz Eduardo Soares, entende que haveria, naquele momento, a invenção de uma “religião civil”, que se traduzia em manifestações diversas, ressignificando a ação política na cidade e incorporando

“símbolos, valores e rituais religiosos para falar de violência e paz no espaço público” (Leite, 2009: 209).

- 21 Voltando ao meu argumento, lembro que, de acordo com Antônio, a forma de expressão utilizada pelo Rio de Paz se tornou uma “bomba”, pois, ao amanhecer, havia “um batalhão de repórteres e cinegrafistas” na praia de Copacabana, inclusive com “agências internacionais de notícias”, que fizeram a cobertura das manifestações. O pastor ainda lembra que aquele protesto foi matéria do Jornal Nacional, na Rede Globo de Televisão, e ressalta que não esperava uma repercussão deste porte.
- 22 A descrição das atividades iniciais da ONG, no site da organização, afirma que naquele momento, o interesse deles era romper com a inércia dos cidadãos. Para isso, eles tencionavam pressionar o poder público em relação à violência na capital fluminense através de “[...] ações criativas, pacíficas e inclusivas”. A partir desta manifestação, é possível perceber a intenção desta organização de se utilizar dos meios midiáticos para propagar suas ações, buscando dar visibilidade social aos sofrendores e chamar atenção para o problema da violência.
- 23 A fim de alcançar o objetivo proposto, os integrantes da ONG *Rio de Paz* passaram a adotar estratégias que se inscrevem em uma dinâmica simbólica capaz de agregar sentido aos seus discursos, realizando performances públicas nas quais símbolos, figuras, imagens e representações teatrais são fartamente utilizadas.
- 24 Em entrevista concedida à TV Clube, em 31 de outubro de 2012, o presidente da ONG reiterou a importância das imagens, considerando-as como símbolos dotados de eficácia: “criamos imagens que ajudam a traduzir a desgraça, aumentar o nível de conscientização social e pressionar o poder público”.⁸ Em palestra proferida no evento Usina 21^o, em São Paulo, apesar de explicar que a função da ONG não se restringe a protestos e manifestações, Costa lembrou a importância da mídia e da manipulação dos símbolos, para propagar as ações do Rio de Paz:

Acontece que não deu pra ficar nas manifestações, não deu pra ficar na ação, eu não tenho vergonha de dizer, deliberadamente midiática. Nós não organizamos manifestação para as pessoas que passam na rua verem. É tudo para os meios de comunicação, a fim de que nossa voz seja amplificada e possamos alcançar milhões de pessoas. Às vezes, as manifestações são feitas em parcerias com cinegrafistas e fotógrafos. E aí, meu irmão? Qual é a melhor posição dessa cruz? Onde botar essa vassoura? E esse coco? E essa bola de futebol? Qual é o melhor ângulo?¹⁰

Protesto do Rio de Paz na Praia de Copacabana com cobertura da imprensa.

<http://www.riodepaz.org.br/imprensa/banco-de-imagens>

- 25 Nota-se aqui, claramente, que as ações do Rio de Paz passam pela via dos meios de comunicação. Cinegrafistas e fotógrafos de diversas mídias, como TV, internet e rádio, pertencentes a empresas de comunicação nacionais e internacionais¹¹, são entendidos como “parceiros” que contribuem para a divulgação das causas defendidas pela ONG.
- 26 Ao discutirem a importância das imagens para retratar o sofrimento de determinados atores - como “indígenas”, “trabalhadores”, “moradores de cortiço” e “imigrantes” - Sá-Carvalho e Lissovsky (2008) consideram que a atuação dos fotógrafos e jornalistas é imprescindível, pois ajudam a generalizar sofrimentos particulares, fazendo com que estas causas se tornem públicas e ganhem uma dimensão política (2008: 79). Noto, assim, que no caso da atuação do Rio de Paz e de sua relação com a mídia, ocorre algo semelhante, haja vista que se busca tornar público e generalizar sofrimentos individuais, fazendo com que as discussões em torno da desgraça alheia sejam transportadas para o âmbito político.
- 27 Notemos que, ao mesmo tempo em que Antônio afirma “não ter vergonha de dizer” que as ações de protesto são “deliberadamente midiáticas”, justifica suas ações, ao afirmar que elas têm um propósito claro: o de chamar a atenção do maior número possível de pessoas, por meio das imagens, convertidas aqui em um forte instrumento de propaganda para as suas causas¹². Há ainda um segundo aspecto, subentendido nesta fala. Trata-se da justificação da denúncia através da reafirmação de um compromisso com a ação em favor do “outro”, pois, neste mesmo discurso, Antônio ressalta a atuação da ONG através de doações em carceragem, apoio às famílias vitimadas pela violência e criação de projetos de educação e profissionalizantes.
- 28 Aqui, cabe uma pequena pausa na linha argumentativa que estou seguindo, para aludir à experiência da ONG Rio de Paz nas favelas do Rio de Janeiro. Segundo Antônio, sua

vivência em comunidades cariocas se iniciou com o “drama de uma família pobre” na Favela Mandela. Ao tomar ciência da morte de uma criança, ele entrou em contato com lideranças comunitárias do complexo de Mangueiras e acordou uma manifestação dentro da favela “contra o BOPE”, o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. De acordo com o pastor, no domingo seguinte ao contato com a família naquela comunidade, ele anunciou, em sua igreja, que iria fazer uma manifestação “no coração de uma facção criminosa do Rio de Janeiro”, situada na “Faixa de Gaza”, “terror da polícia carioca”. Advertiu, entretanto, que não garantiria “segurança para ninguém”, mas que seria dever da igreja estar lá. Segundo ele, acompanhado de membros da Igreja Presbiteriana da Barra da Tijuca, de lideranças comunitárias e da imprensa, incluindo agências internacionais de notícia, recebeu autorização da “rapaziada” (referência aos integrantes do tráfico) e entrou na favela. De acordo com ele, após isso, ele nunca mais saiu de lá, pois a sede da ONG Rio da Paz é na Favela do Jacarezinho. Antônio sustenta, também, que a ONG estaria realizando uma “invasão social”, através de cursos de qualificação profissional, com vistas à recuperação de “bandidos”, por meio de oportunidades de emprego oferecidas aos que participam dos cursos promovidos por eles.

- 29 Sob o meu ponto de vista, estes argumentos têm o intuito de produzir legitimidade para as ações do Rio de Paz, haja vista que Antônio ressalta que a ONG não pretende apenas demonstrar o “espetáculo sangrento” no Rio de Janeiro, mas agir nas comunidades menos favorecidas.
- 30 Neste ponto, vale rememorar os dados que apresentei no início deste artigo, os quais tratavam da acusação de hipocrisia dos que realizavam manifestações na Zona Sul do Rio de Janeiro, o que foi prontamente rebatido pelo pastor presbiteriano, ao oferecer uma crítica, embora generalizada, aos que, supostamente, ficavam “em casa filosofando sobre a tragédia, assistindo o faroeste pela televisão, culpando o poder público”, enquanto permaneciam inertes. Em sua perspectiva, discutir e assistir o sofrimento alheio, culpar terceiros e não agir em prol dos sofredores seria o reflexo de uma “sociedade de desalmados”, o que, de certa forma, vai ao encontro do que Boltanski (1993) abordou, ao tratar do “espetáculo do sofrimento” e do “sofrimento dos infelizes”, no que concerne à legitimidade das ações humanitárias. Nesse sentido, dois casos em que o Rio de Paz atuou me parecem emblemáticos e merecem ser citados.
- 31 Quando, em meados de 2011, o menino Juan, de 11 anos de idade, foi dado como desaparecido, a ONG Rio de Paz lançou o *slogan* “Onde está Juan?”. Em seguida, eles iniciaram uma campanha na internet, cujo objetivo era pressionar as autoridades policiais para que encontrassem o corpo do menino, até então desaparecido. Concomitantemente à ação dos internautas, uma faixa com o *slogan* foi exibida nas escadarias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), perguntando pelo paradeiro do garoto. Algum tempo depois, a polícia carioca encontrou o corpo de Juan.¹³
- 32 A partir daí a campanha foi alterada. Agora, segundo eles, a pergunta deveria ser outra: “Quem matou Juan?”

Manifestação do Rio de Paz em frente à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/07/grupo-pede-solucao-de-caso-juan-em-frente-ao-theatro-municipal-do-rio.html>

- 33 Posteriormente, os integrantes da ONG Rio de Paz exibiram outra faixa nas areias da praia de Copacabana, na qual pediam perdão ao menino Juan em nome do Rio de Janeiro.

Faixa em homenagem a Juan e o presidente da ONG Rio de Paz

<http://extra.globo.com/noticias/rio/ong-faz-homenagem-menino-juan-na-praia-de-copacabana-policia-reconstitui-crime-na-baixada-2198676.html>

- 34 Segundo o pastor, em entrevista ao *Jornal Extra*¹⁴, a sociedade deveria pedir perdão a Juan e também desculpar-se pela ausência de uma política pública de segurança que não trate os crimes ocorridos em comunidades carentes com indiferença.¹⁵
- 35 Outro episódio emblemático foi o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo, morador da Rocinha, comunidade da Zona Sul do Rio de Janeiro. Em seu relato sobre o caso, Antônio conta detalhes dos apelos da família, que teria solicitado ajuda da ONG.

Segundo ele, ao visitar a família, constatou extremas condições de pobreza na residência em que Amarildo morava, o que o fez pensar que o desaparecido seria inocente. O Rio de Paz lançou, então, a campanha “Onde está Amarildo?”.

Manifestação “Onde está Amarildo?”

<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/10/crise-de-bconfiancab-na-policia-do-rio-de-janeiro.html>

- 36 Além do mais, segundo Antônio, mesmo que Amarildo não fosse inocente, ele não poderia ter sido torturado e morto, visto que o argumento de “desqualificar a vítima para justificar a prática criminosa” teria funcionado “muito no regime militar”, todavia, não funcionaria mais “nessa democracia que está emergindo nas ruas”. De acordo com ele, ainda que Amarildo fosse líder de alguma facção criminosa, a constituição brasileira não “passou um papel branco para a polícia”, pois não prescreve morte aos que são passíveis de prisão.
- 37 Diante disso, ele ressalta a pressão política exercida através do Rio de Paz, não somente para o esclarecimento deste caso, mas também para que se elucidassem os demais casos de desaparecimento¹⁶ durante o governo de Sérgio Cabral. Em contato com o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), ele afirma ter feito cobranças aos parlamentares da Assembleia Legislativa, inclusive com manifestações defronte àquela casa, contando com a adesão de jornalistas e de outros atores importantes da sociedade civil.
- 38 Para refletir na utilização de imagens com o propósito de chamar a atenção de espectadores para uma determinada causa, remeto o leitor mais uma vez às proposições de Luc Boltanski (1993), quando este autor realizou uma análise sobre o papel das organizações de ajuda humanitária. Segundo ele, as ONGs intermediariam processos de auxílio aos “infelizes”, fazendo a ligação entre os que observam este sofrimento e os que estão sofrendo. Ao ajudarem a propagar a situação dos “infelizes”, por meios midiáticos, para espectadores que se encontram distantes, geográfica ou moralmente, as ONGs estariam contribuindo para a realização do “espetáculo do sofrimento”.
- 39 Boltanski (2003) afirma que nada seria mais favorável à formação de causas do que este tipo de espetáculo. O autor também aponta os questionamentos dos limites morais da propagação do sofrimento alheio. Em sua análise, caso a propagação das imagens desperte um real interesse dos espectadores do sofrimento em ajudar os que estão sofrendo, a divulgação do sofrimento seria justificada.¹⁷ Do contrário, poderia estar evidente uma curiosidade doentia do público que olha para a dor do outro (Boltanski, 2003).

- 40 De modo semelhante, a utilização das imagens pelo Rio de Paz parece ser uma estratégia deliberada e constantemente utilizada para alcançar visibilidade para suas causas e se inscreve na capacidade de mobilização dos voluntários desta organização, quando utilizam símbolos e imagens que despertam a atenção da mídia. Quando fazem isso, generalizam o sofrimento daqueles a quem eles pretendem dar voz e tirar da invisibilidade, por meio das manifestações propagadas pelos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, enfatizam um *compromisso com a ação* em favor dos que eles publicizam. Esta ênfase no compromisso em agir em favor do “outro” seria uma maneira de justificar e legitimar suas ações, prevenindo possíveis acusações de hipocrisia, conforme percebido no texto escrito por seu presidente no início deste trabalho.

Neste final de semana, surgiu uma polêmica em torno das passeatas da Zona Sul do Rio. Alguém disse que há hipocrisia nestas manifestações, devido ao fato de muitos destes manifestantes serem usuários de drogas. Não sei com que base uma afirmação como esta foi feita. Qual a prova? [...] Confesso que não me senti atingido pelo comentário feito. Os protestos do Rio de Paz não ocorrem dentro do formato de uma passeata. Eles são estáticos.

- 41 No entanto, este não é o único modo dos atores desta ONG legitimarem suas ações. Suponho que eles também *des-singularizam* suas causas ao utilizarem uma *gramática* discursiva na qual estão contidos determinados princípios, considerados como pertinentes ao *bem comum*, procurando fazer com que seu discurso seja considerado válido em diversos espaços.

Atuação política e gramática do bem comum

- 42 A Igreja Católica, como instituição religiosa mais influente do país, sempre exerceu um papel político importante na constituição de direitos no Brasil, como bem observam Paula Montero (2006 e 2012) e Emerson Giumbelli (2008). Em contrapartida, durante bastante tempo, o protestantismo parece ter ficado à margem desta atuação política¹⁸, tanto pelo fato de não ser a religião hegemônica quanto pela falta de representatividade nas esferas institucionais.
- 43 Entretanto, especialmente a partir da eleição para a Assembleia Constituinte de 1986, este quadro começou a sofrer alterações e os evangélicos passaram a participar de forma mais efetiva da esfera política (Freston, 1993; Martins, 1994). Assim sendo, a máxima de que “crente não se envolve com política” foi substituída pelo *slogan* “irmão vota em irmão”. Entraram em cena diversos atores, representantes de várias denominações, como da Assembleia de Deus (AD), que passaram a fazer parte da política partidária de forma mais intensa.
- 44 A literatura sobre o tema aponta que a atuação política de atores ligados ao protestantismo, especialmente de cunho pentecostal, passou a ser caracterizada por interesses eleitorais destes políticos em suas bases eclesiais e reivindicações de demandas particulares, como concessões públicas de rádio e TV, ou de grupos religiosos específicos (Martins, 1994). Segundo Eduardo Lopes Cabral Maia, a atuação intensa dos grupos evangélicos na política se explica, dentre outros fatores, pelos baixos índices de engajamento partidário. Deste modo, a sociedade procuraria se organizar politicamente de outras maneiras e as igrejas apareceriam como responsáveis por preencherem a lacuna entre sociedade e Estado (2006: 92). Assim, procurando se estabelecer enquanto instituição - ou devido ao caráter multifacetado do protestantismo, deveríamos falar em

instituições - e ter demandas particulares atendidas, os evangélicos passaram a se destacar na política, mobilizando os instrumentos disponíveis para atuarem neste segmento.

- 45 Ari Pedro Oro (2003: 55) demonstra que algumas igrejas, como a IURD, seriam bem sucedidas politicamente devido à agressividade de suas estratégias eleitorais, as quais incluem menções aos nomes e números de candidatos apoiados pelas igrejas, presença desses políticos nos cultos ou, na ausência deles, exposição de *banners* com suas fotos durante as reuniões religiosas. Outros autores, tais como Julia Miranda (1998), Leonildo Silveira Campos (2003) e Ricardo Mariano (2003) também se referem a estas estratégias, associando-as aos resultados satisfatórios alcançados nas eleições dos últimos anos.¹⁹ Atualmente, a força dos políticos evangélicos, no âmbito da política partidária, parece ter aumentado consideravelmente. Neste ponto, é preciso ressaltar a força da Frente Parlamentar Evangélica, ou simplesmente bancada evangélica, e sua aproximação com políticos considerados conservadores, como ruralistas e policiais, que formariam a chamada bancada BBB “Bíblia, Boi e Bala”. Exemplo disso é a projeção nacional de políticos como Eduardo Cunha ²⁰ e o pastor pentecostal Marco Feliciano²¹ e o sucesso parcial alcançado por eles em algumas de suas pautas, tais como as tentativas de barrar temas considerados progressistas, dentre os quais, a descriminalização do aborto e os direitos da população LGBT.
- 46 Por este motivo, análises como as de Freston (1993), Oro (2000 e 2003), Leonildo Silveira Campos (2003) e Mariano (2003), ao tratarem da atuação de políticos evangélicos, enfatizavam assuntos como trocas de voto, mobilizações feitas por pastores para indicação de candidatos ou partidos, negociações de demandas particulares e interesses institucionais como configuração do jogo político-religioso.
- 47 Apesar deste quadro, é possível observar exceções que demonstram a emergência de novos atores religiosos que buscam atuar politicamente e que não se encaixam nos perfis acima descritos. O trabalho da antropóloga Eva Scheliga, por exemplo, investiga as práticas de ação social e, conseqüentemente, de atuação política da IURD, comparando-a com a Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), uma rede de organizações ligada a igrejas evangélicas e à Teologia da Missão Integral²², cujas ações pretendem se mostrar distintas daquelas às quais me referi. Na conclusão de sua tese de doutorado, Scheliga (2010) explica porque fez opção por este tipo de análise:
- Tendo este quadro em vista, endossar a literatura que aponta a assistência como uma moeda do jogo político, porque supostamente constitui fidelidades oportunamente objetivadas em votos – seja o depositado nas urnas, pelo eleitor, seja o concedido por representantes que constituem colégios eleitorais que integram as instâncias consultivas da administração pública – significaria perder de vista toda a sorte de arranjos simbólicos que ela produz, além de reduzi-la a meras relações clientelistas. Pareceu-me mais produtivo investir na etnografia das práticas de assistência de modo a compreender diferentes configurações de práticas por meio das quais é possível articular diferentes campos discursivos e construir, assim, diferentes posicionamentos dos agentes religiosos frente aos debates que constituem a esfera pública. (Scheliga, 2010: 297)
- 48 Portanto, o exemplo da RENAS, conforme explicado por Scheliga, remete ao intento de alguns desses grupos, de atuarem na reivindicação e elaboração de “políticas públicas” que auxiliem aos menos favorecidos, chamando a atenção do poder público, para que essa parcela da sociedade brasileira tenha acesso à justiça e ao direito (Scheliga, 2010: 21).

Apesar disso, a RENAS não se exime de atuar em partidos políticos ou de ocupar cargos em setores consultivos, como demonstra Scheliga (2010).

- 49 Contudo, ao compararmos a RENAS com a ONG Rio de Paz, encontramos algumas distinções, pois, embora a segunda organização defenda uma participação política efetiva, procura enfatizar sua opção pela “independência”, preferindo não atuar em esferas partidárias.²³ A descrição da ONG Rio de Paz ressalta a opção pela “independência”:

Um grupo formado por cidadãos brasileiros que se uniram com um objetivo comum: dar voz a quem não tem voz e visibilidade aos invisíveis. Atuamos de forma independente, por meio de intervenções urbanas de impacto e projetos sociais em comunidades pobres, sem vínculos políticos ou qualquer tipo de ligação a instituições públicas.²⁴

- 50 Esta autodescrição tem o propósito de reafirmar uma postura de isenção, o que daria legitimidade às críticas que oferecem, pois suas denúncias são direcionadas, sobretudo, aos poderes políticos instituídos. Deste modo, os atores poderiam manter um discurso que, de certa forma, é moralizante, como demonstrado na crítica de Antônio aos usuários de drogas, na primeira citação deste artigo, mas, ao mesmo tempo, cívico, como pode ser demonstrado na fala a seguir:

Cristianismo transcende tabaco, sexo, pornografia e álcool. A ética cristã é muito mais bonita do que essa ética reducionista de característica eminentemente privada do protestantismo brasileiro. A ética cristã, ela desenvolve um espírito público, ela põe você na arena política, põe você pra dar voz para os sem voz, visibilidade para os invisíveis. Sabe? E amar as pessoas politicamente, porque há pessoas que estão passando por sofrimento hoje, cuja solução é política.²⁵

- 51 Vale lembrar, conforme a opção teórica com a qual tenho trabalhado que, segundo Boltanski e Thévenot, uma crítica ou justificação pode ser tida como legítima “em uma situação concreta quando o seu formulador puder mantê-la quaisquer que sejam as características sociais que os seus interlocutores recém-chegados puderem apresentar” (1999: 364). Em outras palavras, pode-se dizer que os atores do Rio de Paz buscam ser eficazes em sua capacidade de generalização, ao requisitarem a legitimidade de seus argumentos, tentando mantê-los nas mais diversas situações da vida social, independente dos seus interlocutores e das situações em que eles se encontram.

- 52 Nesse sentido, vale enfatizar mais uma vez que uma boa parte dos integrantes do Rio de Paz, assim como seu principal representante, é um pastor protestante²⁶ e que esta ONG conta com o auxílio de voluntários de diversos atores da sociedade civil, como artistas, jornalistas e representantes de outros movimentos, além de pessoas que se juntam à ONG em seus protestos²⁷. Ressalto, porém, que as falas desses agentes variam de acordo com o ambiente em que eles se encontram. Quando faz palestras em diversos eventos religiosos pelo Brasil, Antônio continua agindo e pregando como um pastor evangélico, como fazia antes da fundação da ONG. O repertório discursivo do pastor, autodeclarado de orientação calvinista, inclui temas e termos como pecado, paz, esperança, perdão, amor, evangelho, cruz, consolação e tribulação. Mas, quando concede entrevistas a jornais, revistas, sites e outros meios de comunicação, ele se apresenta como presidente da ONG Rio de Paz e faz referências a princípios aceitos fora de ambientes religiosos.

- 53 Ao tratarem do *Regime de Justiça*, ou de *Justificação*, Boltanski e Thévenot apontam que se deve considerar a existência de um *princípio superior comum*, que ordena as *cités*. Decorre-se, então, que nas operações críticas (no caso em apreço estamos considerando principalmente as denúncias e críticas) são feitas alusões a determinados princípios, que remetem à noção de um *bem comum* entre as pessoas.

- 54 A meu ver, esta capacidade de generalização está diretamente associada à utilização de uma *gramática do bem comum*, para usar os termos de Boltanski e Thévenot (1991 e 1999), o que pode ser notado nas postagens no site da ONG, nos discursos públicos do presidente do Rio de Paz, tanto nas igrejas como em entrevistas que ele concede, e nas publicações em seu blog e em redes sociais.
- 55 Ao explicitarem a forma de atuação da ONG, os integrantes desta organização falam em reformas, democracia, justiça social, mundo político, serviços públicos e políticas públicas. Ora, estes termos coincidem com uma gramática semelhante à da *cit civica*. Baseados no *Contrato Social*, de Rousseau, Boltanski e Thévenot (1999) afirmam que, nesta *cit*, a autoridade de um soberano seria responsável por manter a paz civil com vistas a assegurarem o *bem comum*. Porém, segundo eles, o soberano de Rousseau é representado pela vontade coletiva. Assim, estes cidadãos tendem a abandonar seus interesses individuais, conduzindo-se ao *bem comum*. Nesta *cit*, as relações virtuosas seriam aquelas nas quais as pessoas são mobilizadas em torno de uma ação coletiva.
- 56 Para exemplificar este aspecto, recorro, mais uma vez, à fala do pastor, ao narrar a pressão política exercida pela organização, por meio da incursão feita em uma carceragem no Rio de Janeiro. Segundo Antônio, a experiência no sistema prisional se deu pela “graça divina” e começou quando ele foi visitar o pai de um amigo no cárcere. Lá chegando, o pastor teria encontrado um quadro caótico:
- Até onde minha memória me ajuda eu só me lembro de eu agarrado as grades e gritando: “O responsável por isso aqui deveria estar preso! Isso é um crime!” Porque eram centenas de homens num antigo estbulo da polcia militar com 25 cm² pra cada detento, com grande parte deles com tuberculose, sarna, sem direito a banho de sol. Eu fiquei alucinado.
- 57 Em decorrncia da situao que encontrou, Antnio conta que procurou o delegado Orlando Zacconi, responsvel pelo controle dos presos da Polcia Civil do estado do Rio de Janeiro. Segundo ele, Zacconi, que atuou diretamente no caso do desaparecimento de Amarildo, seria seguidor da religio Hare Krishna e “gente finssima”, demonstrando esta gentileza ao abrir as portas da carceragem para a ONG Rio de Paz.
- 58 A partir disso, Antnio afirma ter chamado a imprensa (BBC de Londres, Al-Jazeera, Jornal O Globo) e passado a escrever para jornais relatando a situao prisional. Ele tambm destaca que os integrantes da ONG passaram a levar medicamentos, mdicos e tentaram erradicar as doenas que acometiam os presos. Em um discurso inflamado, no evento Usina 21, ele enfatizou que muitos daqueles presos eram “absolutamente inocentes”, e ressaltou que
- No d para o nosso amor por esses homens se resumir a sabonetes, sandlias havaianas, camisa branca, higienizao das celas, tratamentos dos seus dentes. Quer dizer, ns temos que tomar uma deciso anloga a que foi tomada no sculo XIX pela Inglaterra. O que melhor? Ser um bom escravocrata ou lutar pelo fim da escravido? Ns temos que amar esses homens e livr-los dessa condio. Muitos dos quais, a partir de um tempo, passaram a se tornar nossos irmos na f. Cenas que eu jamais vou me esquecer. Havia dias que eu no tinha mo para orar por tanta gente que pedia intercesso. Nessa brincadeira, eu batizei cinquenta de todas as faces criminosas do Rio de Janeiro, de homens sendo levados s lgrimas. [...] At que um dia eu procurei a chefe da Polcia Civil, Dra. Marta Rocha., e falei: “Doutora, se as quatorze carceragens da polcia civil no forem fechadas... (Eram quatro mil homens em regime de campo de concentrao...) Ns vamos montar uma rplica da carceragem de Neves em Copacabana, botar os voluntrios dentro e chamar toda imprensa e as agncias internacionais de notcia”. Ao que ela me disse:

“daqui a um ano e quatro meses eu vou fechar todas as carceragens”. Um ano e quatro meses depois eu a procurei. Pela graça divina, promessa cumprida. E levamos para a praia de Copacabana uma faixa, na realização de nosso primeiro antiprotesto, que foi um elogio ao governo do estado do Rio de Janeiro: “Fim das carceragens da polícia civil: vitória da razão, da democracia e do direito”. [Aplausos do público que ouvia o pastor]²⁸

- 59 É possível observar, portanto, um discurso no qual estão imbricadas diversas categorias, as quais podem fazer sentido para atores distintos. Se, por um lado, ele alude a princípios que seriam caros aos diversos atores da sociedade civil, fazendo, inclusive, um paralelo com a abolição da escravidão na Inglaterra do século XIX, por outro, nota-se claramente que o discurso religioso continua presente na *gramática* utilizada pelo presidente do Rio de Paz. Termos como “irmãos de fé” e “orar” são utilizados por Antônio sem pudor algum, afinal ele estava pregando em um evento religioso.
- 60 Sobre este tema, vale ainda aludir ao argumento de Montero, em diálogo com a Habermas (2003 e 2007), sobre a atuação de religiosos na esfera pública.²⁹ De acordo com esta autora, “do ponto de vista do fazer antropológico, não basta afirmar que os discursos religiosos ainda são capazes de produzirem sentidos” (Montero, 2009: 211), mas seria necessário trazer explicações sobre a razão pela qual certas categorias religiosas “funcionam melhor do que outras” na produção destes sentidos. Ao ver de Montero, existiria um leque de sentidos disponível em um dado momento. Contudo, nem todos estes sentidos “vingam”. Segundo ela, isso se explica pelas diferentes percepções dos atores sobre a legitimidade destes sentidos. Nem todos eles seriam considerados legítimos, por isso seria necessário um certo consenso, mesmo que provisório, no que tange aos sentidos dados às “coisas” e “intenções” (Montero, 2009: 211).
- 61 Voltando ao relato do presidente do Rio de Paz, observo que a atribuição das conquistas alcançadas diante do poder público à “graça divina” poderia fazer muito sentido aos seus interlocutores, já que sua fala se deu em um ambiente religioso. No entanto, não seria tão eficaz, ao dar uma entrevista para uma rede de televisão internacional, por exemplo. Recorrendo mais uma vez ao aporte teórico de Boltanski e Thévenot (1999), é possível afirmar que a atribuição de um resultado à “graça divina” diz respeito à mobilização de um princípio apropriado à *citê inspirada*, ou ao *mundo da inspiração*. Baseados na obra *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, os autores consideram que a grandeza de uma pessoa ou objeto, nesta *citê*, é percebida em relação a um estado de graça que independe do reconhecimento dos outros.
- 62 Na mesma fala, Antônio atribui o fechamento das carceragens à “razão”, ao “direito” e à “democracia”, em uma *gramática* semelhante à utilizada na *citê cívica*. Deste modo, fazer referência a termos que remetem ao *bem comum*, a uma forma de racionalidade e ao cumprimento de direitos em um estado democrático, parece fornecer um sentido muito mais amplo e aceitável ao discurso do pastor. Quando Antônio usa termos relacionados a uma *citê inspirada*, seu discurso pode ser aceito entre os evangélicos, mas não necessariamente admitido como um discurso de uma ONG que se propõe a fazer *denúncias públicas*. Por outro lado, dizer que os presos são pessoas que deveriam ser amadas e libertas das condições em que vivem, mas se encontram em uma situação análoga à da escravidão ou ao regime de campo de concentração, parece ser uma maneira de generalizar e alcançar legitimidade para suas críticas. Ao fazer isto, ele estaria demonstrando capacidade de reunir conteúdos de diferentes *citês* ou *ordens de grandeza*, mobilizando argumentos que, de acordo com a teoria de Boltanski e Thévenot, poderiam ser entendidos como legítimos.

Reflexões finais

- 63 Longe da pretensão de fazer um estudo exaustivo sobre a delicada questão da atuação pública de religiosos, procurei demonstrar que a performance destes atores e os argumentos utilizados por eles podem ser passíveis de questionamento por outras pessoas. Assim sendo, seria necessário que eles, ao realizarem operações críticas, procurem defender a legitimidade de suas ações.
- 64 Entendo, assim, que os protestos realizados pela ONG Rio de Paz e as falas de seu presidente podem ser vistos como exemplos interessantes para se pensar na busca pela legitimidade de operações críticas, por parte de atores religiosos. As *performances críticas* da ONG Rio de Paz e suas recorrentes atividades em comunidades carentes do Rio de Janeiro são bastante diversificadas. No tocante às *denúncias públicas*, o uso de símbolos, de teatralização e a estratégia de contar com o apoio dos meios de comunicação fazem parte de um repertório que envolve a não violência, sustentando-se na suposta eficácia de uma “cultura de paz”. Em relação à atuação da ONG em comunidades carentes, seus voluntários procuram destacar as ações de investimento no ensino profissionalizante e a assistência a inúmeras famílias que passaram por episódios de violência, sejam eles resultantes da atuação da polícia ou de pessoas à margem da lei.
- 65 Tendo este panorama em vista, trabalhei com a hipótese de que, com o intuito de legitimar suas ações, a ONG Rio de Paz, sobretudo por intermédio de seu presidente, busca generalizar determinadas causas. Primeiramente, considerei que esta generalização se dá por meio da exposição de símbolos e de imagens ligadas aos problemas sociais enfrentados, principalmente por moradores de comunidades que recebem menor atenção do poder público. Todavia, é importante ressaltar que os protestos promovidos por esta ONG ocorrem *pari passu* com as afirmações de um *compromisso com a ação*, o que daria legitimidade às denúncias oferecidas publicamente.
- 66 Depois, ponderei sobre a conveniência da *gramática* utilizada pelo representante do Rio da Paz, na medida em que ele parece conseguir mobilizar argumentos que aludem a diferentes princípios de *bem comum*, mantendo suas críticas, independente das características dos seus interlocutores, movendo-se por diferentes *cités* e adaptando seu discurso de acordo com as exigências de uma determinada situação. Afinal, entrevistas e textos públicos podem exigir uma linguagem secularizada e, possivelmente, os meios de comunicação que dão suporte à atuação da ONG não aceitariam propagar versículos bíblicos ou pregações de um pastor nas estações de rádio, sites de internet ou canais de televisão, de forma gratuita.
- 67 Portanto, considero plausível a ideia de que uma das maneiras da ONG Rio de Paz legitimar sua atuação é sua capacidade de valer-se de determinados símbolos e imagens com o intuito de reforçar seu argumento em torno de determinadas causas, associando-os a um *compromisso com a ação*. O uso de determinados símbolos, como cruzes, bolas de futebol, vassouras e a montagem de uma favela fictícia nas areias da praia de Copacabana, palco da maioria das manifestações do Rio de Paz, é parte de uma *performance crítica* que envolve a opção deliberada e consciente por símbolos que façam sentido na realidade social vivenciada pela população do Rio de Janeiro. Destarte, é importante pensar com Boltanski e Thévenot (1999), ou seja, a partir da noção de que os “objetos” não podem ser entendidos como meros suportes simbólicos. Contudo, é possível apontar que, de alguma

forma, eles fazem sentido na realidade dos atores que estão denunciando e na dos que observam a denúncia ou a questionam.

BIBLIOGRAPHY

- BOLTANSKI, Luc. 1990a. *L'amour et la justice comme compétences: trois essais de sociologie de l'action*. Paris: Métailié.
- _____. 1990b. "Sociologie critique et sociologie de la critique". *Politix* vol. 3, n. 10-11: p. 124-134.
- _____. 1993. *La souffrance à distance*. Paris: Éditions Métailié.
- BOLTANSKI, Luc; DARRE, Yann; SCHILTZ, Marie-Ange. 1984. "La dénonciation". *Actes de la recherche en sciences sociales* v. 51, p. 3-40.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. 1991. *De la justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Éditions Gallimard.
- _____; _____. 1999. "A sociologia da capacidade crítica". Tradução: Marcos de Aquino Santos. *European Journal of Social Theory* 2(3). p. 359-377. Sage Publications: London, Thousand Oaks, CA and New Delhi.
- BURITY, Joanildo. 2008. "Religião, política e cultura". *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 2: p. 83-113.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. 2003. "Evangélicos nas eleições de 2002 – os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus". *Cadernos Adenauer, Eleições e Partidos*, ano IV, nº 1. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- CAMPOS, Luiz Augusto. 2009. "Por uma Sociologia Crítica da Crítica: Relendo Luc Boltanski a partir de Margareth Archer". *Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico (IACR)*. UFF, Niterói.
- CARDOSO, Douglas Nassif. 2001. *Robert Reid Kalley: médico, missionário e profeta*. São Bernardo do Campo, SP: Ed. do Autor.
- DUARTE, Luiz Fernando Duarte. 1996. "Distanciamento, flexibilidade e interiorização da pessoa no ocidente". *Mana* 2(2): 163-176.
- FRESTON, Paul. 1993. *Protestantismo e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Campinas: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP.
- GIUMBELLI, Emerson. 2008. "A presença do religioso no Espaço Público: modalidades no Brasil". *Religião e Sociedade*, vol. 28, n.2: 80-100.
- GUERREIRO, Clayton. 2015. "Sofredores do presente, libertos no futuro: uma análise da Missão Portas Abertas a partir de Luc Boltanski". *Pensata – Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unifesp*. p. 155-134.
- HABERMAS, Jünger. 2003. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. *Entre Naturalismo e Religião: estudos Filosóficos*. 2007. São Paulo: Tempo Brasileiro.

- LEITE, Márcia Pereira. 2009. "Religião e política no espaço público: moradores de favelas contra a violência e por justiça". In: ALMEIDA, Ronaldo e MAFRA, Clara. (Org.) *Religiões e Cidades*: Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Terceiro Nome.
- MAIA, Eduardo Lopes Cabral. 2006. "Os evangélicos e a política". *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2, n° 2 (4), p. 91-112.
- MARIANO, Ricardo. 2003. "Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais". *Civitas: Revista de Ciências Sociais*. Vol. 3(1), Porto Alegre, EDIPUCRS.
- MARTINS, Paulo Cezar Borges. 1994. *Línguas de fogo sobre o Congresso: Os pentecostais na Constituinte*. Brasília: Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UnB.
- MIRANDA, Júlia. 1998. "O jeito cristão de fazer política" In: BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, M. (orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- MONTERO, Paula. 2006. "Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil". *Novos Estudos, Cebrap*, n° 74: p. 47-65.
- _____. 2009. Jürgen Habermas: religião, diversidade cultural e publicidade. *Novos Estudos, Cebrap*, n° 84: p. 199-213.
- _____. 2012. "Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: repensando a religião como discurso". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183.
- ORO, Ari Pedro. 2000. "Religião e Política na América Latina: Uma Análise da Legislação dos Países". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n.27: p. 281- 310.
- _____. 2003. "A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n°. 53.
- SÁ-CARVALHO, Carolina; LISSOVSKY, Maurício. 2008. "Fotografia e representação do sofrimento". *Revista Galáxia* n. 15: p. 77-90.
- SCHELIGA, Eva Lenita. 2010. *Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros*. São Paulo: Tese de Doutorado em Antropologia Social, USP.
- THÉVENOT, Laurent. 2006. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Éditions La Découverte.

NOTES

1. <http://palavraplenacomunicacoes.blogspot.com.br/2007/09/o-que-me-leva-protestar.html>
2. O presidente da ONG diz que não gosta de ser tratado por títulos eclesiásticos, como pastor ou reverendo, prefere ser chamado pelo primeiro nome.
3. O Rio de Paz também realiza protestos esporádicos em outras capitais brasileiras, tais como Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Recife.
4. A ONG também é chamada de Movimento Rio de Paz.
5. Em *De la justification*, Boltanski e Thévenot (1991) elaboraram seis cités: inspirada, doméstica, cívica, renome (ou da Opinião), mercantil e industrial.
6. Entrevista concedida à Rede Super de Televisão.
7. O termo "estreia" foi utilizado na página institucional daquela organização para definir a primeira manifestação pública promovida pela ONG.

8. Entrevista concedida à TV Clube, na Paraíba, em 31/10/2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=rF8vkOnZwkY>. Acesso em 12/02/2014.
9. Evento anual realizado na cidade de São Paulo, cujo objetivo é promover um espaço para que a juventude, especialmente evangélica, produza novas ideias que visem à transformação social. Durante o evento são realizadas oficinas de discussão e arte, tratando de temas políticos, de cinema, esportes, dança, mídia, dentre outros. Disponível em: http://www.usina21.com.br/index.php/?page_id=10. Acesso em 12/02/2014.
10. Disponível em: <http://www.usina21.com.br/index.php/archives/1352>. Acesso em 12/02/14.
11. Como a BBC News.
12. Os protestos não se limitam à cobrança por esclarecimento de casos de desaparecimento ou de homicídio. Em outras ocasiões, houve clamor por saúde, educação e moralização da política brasileira. São muitos e variados os protestos contra a corrupção nas esferas de poder do Estado brasileiro, como a campanha “Fora, Renan”, que exigia a saída do senador alagoano Renan Calheiros da presidência do senado. Outras ações de grande repercussão foram realizadas em Brasília. Em um desses protestos, os integrantes da ONG e voluntários de igrejas da região fincaram 594 vassouras em frente ao Congresso Nacional, como símbolo da demanda por “limpeza” no parlamento brasileiro. Durante as manifestações de junho de 2013, na manhã de quarta-feira do dia 26 daquele ano, os integrantes do Rio de Paz puseram 594 bolas de futebol pintadas com cruzeiros vermelhas no gramado em frente ao Congresso Nacional. Na parte da tarde, cercados por policiais que faziam a segurança dos prédios federais, manifestantes chutaram bolas de futebol em direção aos prédios públicos. De acordo com eles, cada uma daquelas bolas simbolizaria um parlamentar e, ao “passarem a bola” para os congressistas, estavam querendo representar o luto pela atuação do parlamento brasileiro.
13. No dia 12 de setembro de 2013, quatro policiais militares foram condenados pela morte do garoto Juan.
14. <http://extra.globo.com/noticias/rio/ong-faz-homenagem-menino-juan-na-praia-de-copacabana-policia-reconstitui-crime-na-baixada-2198676.html>
15. Além dos casos de Juan e Amarildo, outros casos de desaparecimento ou assassinato também chamaram a atenção da mídia nacional e foram seguidas de ações da ONG Rio de Paz. Cito como exemplo as manifestações após o assassinato de pessoas ligadas ao poder público, dentre os quais a juíza Patrícia Acioly e o policial Diego Bruno Barboza Henriques.
16. Segundo Antônio, seriam trinta e seis mil pessoas desaparecidas.
17. Discuti uma questão parecida em outro trabalho. Naquela ocasião, ao tratar sobre a atuação da Missão Evangélica Portas Abertas, considerei que os atores ligados a esta organização se serviam de imagens de pessoas oriundas dos países nos quais eles atuam, com o intuito de despertar em seus espectadores um sentimento que os mova a agir em prol dos que passam por sofrimentos em decorrência da perseguição religiosa nos locais de onde são oriundos (Guerreiro, 2015).
18. Obviamente que existiram exceções a este quadro. No século XIX, destaco a atuação do médico e missionário escocês Robert Reid Kalley. O fundador do congregacionalismo brasileiro é tido como um dos responsáveis pela extensão dos direitos civis aos que não professavam a fé católica (Cardoso, 2001). Segundo Leonildo Silveira Campos, a opção por participar da política remete ao fim da República Velha (1930), quando os evangélicos passaram a fazer parte das lutas partidárias (L. S. Campos, 2003).
19. Em entrevista concedida ao Instituto Humano Unisinos, Leonildo Silveira Campos apontou que, apesar da influência dos pastores na indicação dos candidatos e da suposta obediência destes fiéis, revelada nas urnas, tais situações teriam suas exceções, como no caso das eleições em 2006, na qual a representação evangélica teria caído pela metade. Porém, nas eleições de 2010 e 2014, houve uma reversão deste quadro. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/>

entrevistas/37537-o-2o-turno-e-os-evangelicos-entrevista-especial-com-leonildo-silveira-campos. Acesso em 18/02/2014.

20. Cunha foi projetado nacionalmente ao assumir, em 2015, a presidência da Câmara dos Deputados e ao declarar oposição ao governo da presidente Dilma Roussef que, até então, recebia o apoio do PMDB, partido do deputado evangélico.

21. O pastor assembleiano, um dos mais votados do estado de São Paulo nas eleições de 2014, tornou-se conhecido nacionalmente em 2013, quando assumiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Na época, Feliciano foi alvo de várias acusações, como de racismo, e de não representar corretamente o cargo que havia assumido, por ser, supostamente, um opositor dos Direitos Humanos.

22. Trata-se da perspectiva evangélica, baseada no Pacto de Lausanne, em 1974, cujo mote “Todo o Evangelho, ao homem todo e a todos os homens” pressupõe que a prática evangélica esteja baseada em compromissos com a prática da justiça e valorização do ser humano como ser integral, tencionando fugir das perspectivas dicotômicas metafísicas, típicas do fundamentalismo norte-americano. Apesar de Antônio Carlos Costa, possuir uma afinidade maior com a teologia calvinista, suas práticas à frente da ONG Rio de Paz têm mostrado cada vez mais uma aproximação como o movimento da Missão Integral, cujos principais expoentes são John Stott, Billy Graham e René Padilha. Antônio escreveu um texto no Facebook intitulado “Teologia da luta integral”.

23. Conquanto Antônio incentive jovens cristãos a participarem da vida pública, caso estes se considerem “vocacionados” para tal.

24. Disponível em: riodepaz.org.br. Acesso em 22/01/2013.

25. Entrevista concedida à Rede Super de Televisão.

26. O uso do termo protestante é associado à carta de protesto de príncipes alemães contra a Dieta de Speyer, de 1529, que refutava as teses de Martinho Lutero. Posteriormente, o termo passou a ser utilizado para designar todos os grupos oriundos da Reforma iniciada pelo ex-monge agostiniano.

27. Antônio cita o exemplo da atriz Thaila Ayala, que teria se juntado a um protesto do Rio de Paz em frente à ALERJ.

28. <http://www.usina21.com.br/index.php/archives/1352>. Acesso em 12/02/14.

29. Este assunto também é tratado de forma bastante elucidativa por Joanildo Burity (2008) e Emerson Giumbelli (2008), além dos já citados trabalhos de Scheliga (2010) e Montero (2006, 2009 e 2012).

ABSTRACTS

Este artigo pretende analisar a atuação pública de religiosos ligados à Organização Não Governamental Rio de Paz. Considerando as concepções teóricas de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, buscar-se-á compreender como os atores desta organização buscam legitimar suas ações, sobretudo em performances de denúncia e crítica ao problema da violência na cidade do Rio de Janeiro. Parte-se do suposto que esta busca por legitimidade se relaciona com a propagação de imagens de sofrimento em consonância com um compromisso em agir em prol dos que estão sofrendo e de que os argumentos utilizados pelo presidente desta ONG remetem a uma gramática referente ao bem comum, capaz de mobilizar atores de diversas esferas da sociedade para as causas que eles defendem.

This article analyzes the public performance of religious connected to Non-Governmental Organization Rio de Paz. Considering the theoretical conceptions of Luc Boltanski and Laurent Thévenot, pick up will understand how the actors of this organization seek to legitimize their actions, especially in performances of denunciation and critical to the problem of violence in the city of Rio de Janeiro. It starts from the supposed that this search is related to legitimacy with the spread of images of suffering in line with a commitment to act on behalf of those who are suffering and that the arguments used by the president of this NGO refer to a grammar about the good common, able to mobilize actors from different spheres of society to the causes they advocate.

INDEX

Keywords: Rio de Paz, legitimacy, denunciation, justification, action

Palavras-chave: legitimidade, denúncia, justificação, ação

AUTHOR

CLAYTON GUERREIRO

Mestre em Ciências Sociais pela Unifesp, licenciado em História pela Unirio.

Contato: clayton.guerreiro@yahoo.com.br